



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

**1) A COMPANHIA**

A Iracema é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Santo e no Município de Paulistana. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

**2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO**

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	399
Extensão em kV:	500
Subestações próprias:	1

**3) DESEMPENHO FINANCEIRO**

**3.1 Receita:** A Resolução Homologatória nº 3.348, publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2024/2025, com acréscimo na RAP de R\$ 4.378.931, vide nota explicativa 1.2. Em 09 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.342, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 5,68%. **3.2 Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2024 e 2023 são:

	2024	2023
• Liquidez geral	9,83	7,94
• Liquidez corrente	9,89	6,05
• Relação patrimônio líquido/ativo	89,83%	87,41%
• Relação passivo não circulante/Ativo	6,91%	8,33%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	7,01%	10,03%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	7,36	13,16
Ativos totais - R\$	388.645.510	361.804.392
Lucro líquido do exercício - R\$	24.470.903	31.703.544

**4) GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Nos últimos anos, implementamos melhorias contínuas e seguimos evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estamos integrando, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou *Board of Directors* (BoD), Comitê Sênior

de Gestão (SMC) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de *Board of Directors* (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial da SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da SGBH e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2 Comitê Sênior de Gestão (SMC):** O Comitê Sênior de Gestão (SMC) é o principal órgão de gestão executiva da SGBH, definido em seu estatuto social como a Diretoria Executiva. Os seus membros são nomeados por deliberações do BoD e possuem mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O SMC também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades estão a definição do planejamento estratégico da SGBH, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização da gestão da Companhia, dando pareceres sobre relatórios e propostas da administração, além de acompanhar auditorias externas. Seus membros são nomeados pelos acionistas para o mandato de um ano, sendo permitida a reeleição.

**5) GESTÃO DE RISCOS**

A gestão de riscos permeia todas as etapas dos projetos e processos em busca de eficiência, eficácia e ação integrada. Para intensificar nossa gestão e construir um ambiente de controles internos robustos, contamos com uma área dedicada que apoia toda a SGBH em adotar rigorosos padrões e as melhores práticas de mercado. A mitigação é feita por um processo contínuo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos e operacionais. Em 2024, iniciamos a migração da metodologia COSO para a ISO 31000, que traz uma abordagem mais sistemática e alinhada aos desafios atuais da Companhia, representando um amadurecimento significativo para a nossa gestão de riscos. A gestão dos riscos e a implementação dos planos de controle e mitigação constituem responsabilidades das áreas administrativas e operacionais. Para garantir a eficácia das ações, as auditorias internas acompanham os indicadores, que são também acompanhados periodicamente pelo SMC em reuniões entre líderes e gestores. Indo além da abordagem corporativa, adotamos pela primeira vez uma visão específica de gestão de riscos para projetos. Esse modelo foi aplicado ao projeto GATE, uma das maiores obras de infraestrutura do setor elétrico do Brasil. A metodologia desenvolvida para a GATE vem sendo adaptada para outros projetos da companhia e demonstra o compromisso em expandi-la como uma prática para ampliar a excelência em nossos empreendimentos.

**6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE**

Ética, transparência e *compliance* estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam todas as decisões e o relacionamento com *stakeholders*. Agimos para assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e

aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos *on-line* com testes de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem na SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As manifestações são investigadas e monitoradas pela Divisão de *Compliance* e Privacidade da SGBH que, após avaliação inicial, as encaminha ao Comitê de Ética quando comprovada a ocorrência de irregularidade. O processo é encerrado após a apresentação de evidências relevantes e a implementação de ações disciplinares sugeridas, com a aprovação final do relatório de *compliance*. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos passaram a fazer parte do processo de integração e, dentre os colaboradores ativos, 100% das lideranças e 96% de não lideranças concluíram os treinamentos, com pendências motivadas por ausências ocasionais, como licenças, férias e contratações próximas ao encerramento do ano de 2024. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso *website*. Em 2024, a SGBH não se envolveu em casos de corrupção, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

**7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL**

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2024, o Grupo SGBH investiu em iniciativas como educação ambiental, comunicação com comunidades e monitoramento de áreas de alta biodiversidade. Nossas ações são guiadas pelas diretrizes estabelecidas no licenciamento de cada projeto, visando prevenir, mitigar e compensar possíveis efeitos sobre o meio ambiente e as populações locais. As condicionantes incluem o monitoramento de fauna, flora, ocorrência de processos erosivos e nível de ruído, além do reflorestamento de áreas degradadas e a gestão de resíduos e efluentes.

**8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA**

Em 2024, a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de Auditoria Externa	2024
KPMG Auditores Independentes	48.609
<b>Total</b>	<b>48.609</b>

A Companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

**9) AGRADECIMENTOS**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	18	43.753.403	59.329.896
Custo de construção e operação	19	(12.600.113)	(17.721.847)
<b>Lucro bruto</b>		<b>31.153.290</b>	<b>41.608.049</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(4.922.519)	(2.321.723)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	(528.574)	(608.675)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>25.702.197</b>	<b>38.672.651</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>22</b>	<b>6.127.808</b>	<b>3.483.128</b>
Receita financeira		6.348.713	3.514.829
Despesa financeira		(220.905)	(31.701)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>31.830.005</b>	<b>42.160.779</b>
IRPJ e CSLL correntes	23	(1.214.940)	(1.391.578)
IRPJ e CSLL diferidos	23	(6.144.162)	(9.065.657)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>24.470.903</b>	<b>31.703.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>24.470.903</b>	<b>31.703.544</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>24.470.903</b>	<b>31.703.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>31.830.005</b>	<b>42.160.779</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	20 e 21	212.043	220.463
Baixa de imobilizado e intangível		6.452	212.842
Recebimento de títulos e valores mobiliários		(3.414.881)	-
PIS e COFINS diferido		(213.273)	1.010.489
Provisão para perda de crédito esperada	9	1.612.170	3.584
Provisão (reversão) para contingência (Aumento) redução nos ativos operacionais	15	(561.622)	66.723
Contas a receber - concessionárias e permissionárias		(1.848.811)	(9.478.405)
Contas a receber - partes relacionadas		1.040.663	(891.850)
Ativos de contrato	11	3.218.323	(10.088.758)
Almoxarifado		(323.681)	741.082
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.298.716)	(1.741.434)
Outros impostos a recuperar		(111.387)	116.532
Adiantamentos a fornecedores		(31.062)	(72.120)
Outros ativos		618.343	841.565
Aumento (redução) nos passivos operacionais		(1.743.042)	3.015.362
Fornecedores - terceiros		(1.743.042)	-
Fornecedores - partes relacionadas		(631.157)	1.005.602
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.225.463	961.518
Outros impostos a pagar		(560.966)	780.611
Taxas regulamentares		247.349	(1.623.571)
Obrigações sociais e trabalhistas		129.330	(337.424)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>27.401.543</b>	<b>26.903.590</b>
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.880.968)	(1.764.862)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>24.520.575</b>	<b>25.138.728</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível		(29.635)	(1.244)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		(140.000.000)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários		80.206.652	-
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(59.822.983)</b>	<b>(1.244)</b>
<b>Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>(35.302.408)</b>	<b>25.137.484</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>42.928.699</b>	<b>17.791.215</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>7.626.291</b>	<b>42.928.699</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

seu responsável referente ao empreendimento: T2019-088 - Seccionamento da LT 500kV Milagres - Curral Novo do Piauí II C1 na SE Milagres II. Fazem parte do escopo os seguintes itens: • Seccionamento LE C1 de 500kV - CNP II SS a Milagres II SS - circuito simples - cerca de 3,5km;

continua

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.626.291	42.928.699	Fornecedores - terceiros	12	4.918.799	6.661.841
Títulos e valores mobiliários	8	63.208.229	-	Fornecedores - partes relacionadas	24.2	2.391.144	3.022.301
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	9	13.396.895	13.160.254	Obrigações sociais e trabalhistas	13	3.572.161	3.442.831
Contas a receber - partes relacionadas	24.1	2.508.442	3.549.105	Imposto de renda e contribuição social a pagar		147.667	588.233
Almoxarifado		2.931.820	2.608.139	Outros impostos a pagar		906.306	1.467.272
Adiantamento a fornecedores		125.376	94.314	Taxas regulamentares	14	509.584	262.235
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	6.917.841	3.619.125	Dividendos propostos	17.e/	-	-
Outros impostos a recuperar	10	568.948	457.561	<b>Total passivo circulante</b>	<b>24.2</b>	<b>220.962</b>	<b>-</b>
Ativos de contrato	11	27.045.828	26.103.492	<b>Total passivo não circulante</b>		<b>12.666.623</b>	<b>15.444.713</b>
Outros ativos circulantes		905.516	989.514	<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Total ativo circulante</b>		<b>125.235.186</b>	<b>93.510.203</b>	Provisão para contingências	15	8.866	570.488
<b>Ativo não circulante</b>				Impostos diferidos	16	26.862.882	29.551.393
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Total não circulante</b>		<b>26.871.748</b>	<b>30.121.881</b>
Ativos de contrato	11	262.855.960	267.016.619	<b>Patrimônio líquido</b>	17		
Outros ativos não circulantes		34.455	568.800	Capital social	17.a	318.462.000	318.462.000
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>262.890.415</b>	<b>267.585.419</b>	Reserva legal	17.b	1.543.305	-
Imobilizado		517.682	705.188	Reserva de lucros	17.c	21.875.327	-
Intangível		2.227	3.582	Reserva de incentivos fiscais	17.d	7.226.507	-
<b>Total</b>		<b>519.909</b>	<b>708.770</b>	Prejuízo acumulado		-	(2.224.202)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>263.410.324</b>	<b>268.294.189</b>	<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>349.107.139</b>	<b>316.237.798</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>388.645.510</b>	<b>361.804.392</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>388.645.510</b>	<b>361.804.392</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>318.462.000</b>	-	-	-	<b>(33.927.746)</b>	<b>284.534.254</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.703.544	31.703.544
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>318.462.000</b>	-	-	-	<b>(2.224.202)</b>	<b>316.237.798</b>
Ajustes de anos anteriores (nota explicativa 4)	-	-	-	-	8.619.402	8.619.402
Constituição de reserva legal (nota explicativa 4)	-	319.760	-	-	(319.760)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 4)	-	-	6.014.685	-	(6.014.685)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 4)	-	-	-	-	(60.755)	(60.755)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2024</b>	<b>318.462.000</b>	<b>319.760</b>	<b>6.014.685</b>	-	-	<b>324.796.445</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.470.903	24.470.903
Constituição de reserva legal (nota explicativa 17.b)	-	1.223.545	-	-	(1.223.545)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM - 2023 (nota explicativa 17.d)	-	-	-	3.689.414	(3.689.414)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM - 2024 (nota explicativa 17.d)	-	-	-	3.537.093	(3.537.093)	-
Constituição da reserva de lucros (nota explicativa 17.c)	-	-	15.860.642	-	(15.860.642)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 17.e)	-	-	-	-	(160.209)	(160.209)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>318.462.000</b>	<b>1.543.305</b>	<b>21.875.327</b>	<b>7.226.507</b>	-	<b>3</b>



# IRACEMA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

• Seccionamento LT C1 500kV - SE Milagres a SE Milagres II - circuito simples - cerca de 3,5km; • Atualização da Proteção e Controle na SE Milagres relativamente ao seccionamento da LT, no bay para Milagres II; • Realização da Proteção e Controle na SS CNP II referente ao seccionamento da LT, na baía de Milagres II; • Instalação, em Milagres II, de um bay para TL Milagres SS; • Instalação, em Milagres II, de um bay para TL CNP II SS; • Instalação, em Milagres II, de um bay para interligação de barramentos; • Instalação, em Milagres II, de módulo de infraestrutura geral para acessantes, 500kV; • Complementação, em Milagres II, de módulo de infraestrutura geral de comutação para acessantes, 500kV. Associado a seccionamento de LT Milagres - CNP II C1; • Travessia de LT Associada com seccionamento de LT Milagres - CNP II C1 (Cruzamento EKT2 TL); • Desmontagem, em Milagres SS, do banco de reatores de linha e montagem em Milagres II (4x60Mvar); • Desmontagem, em Milagres SS, do equipamento de ligação do banco de reatores e montagem em Milagres II (4x60Mvar); • Transferência do banco de reatores TL de Milagres SS para Milagres II SS. O valor da RAP definido na resolução é de R\$ 5.680.497. **1.4 Revisão Tarifária Periódica:** Em 13 de Junho de 2023, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.205/2023, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 11,65%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica - RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão - RPEC. Em 09 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.342, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 5,68%. A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

### 4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **4.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais a margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita

uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência, que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. • Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

### 5. AJUSTE DE ANOS ANTERIORES

Segundo o Item 37 do CPC 32 (remensuração de ativo fiscal diferido não reconhecido), "ao final de cada período de apresentação das demonstrações contábeis, a entidade deve reavaliar os ativos fiscais diferidos não reconhecidos. A entidade reconhece um ativo fiscal diferido não reconhecido previamente na medida em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado.". No exercício corrente, a análise detalhada das projeções financeiras da Companhia revelou uma projeção de lucro nos próximos anos sem perspectiva de prejuízo, alterando o cenário em relação aos períodos anteriores. Diante dessa nova realidade, a Companhia procedeu ao reconhecimento integral do ativo fiscal diferido, que anteriormente não havia sido contabilizado devido à incerteza quanto à sua realização. Essa decisão fundamentou-se na composição do prejuízo fiscal acumulado entre 2011 e 2016, bem como os ajustes de anos subsequentes, assegurando que o ativo fiscal diferido fosse reconhecido em sua totalidade. Essa prática reflete o compromisso da Companhia com a transparência e a precisão das informações contábeis, em estrita observância às normas do CPC 32. A seguir os impactos dos ajustes em 01 de janeiro de 2024:

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	<b>01/01/2024</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	316.237.798
Ajustes de anos anteriores	8.619.401
Dividendos propostos	(60.754)
Saldo ajustado em 01 de janeiro de 2024	<b>324.796.445</b>

### 6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Bancos	48.351	502.370
Aplicações financeiras (i)	7.577.940	42.426.329
Total	<b>7.626.291</b>	<b>42.928.699</b>

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma taxa de remuneração média de 102,42% do CDI em 2024 e 103,43% do CDI em 2023. A redução nas aplicações financeiras é devido à transferência dos saldos para CDB de curto prazo em títulos e valores mobiliários aproveitando condições de prazo e taxa melhores. **7.1 Política contábil:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Aplicação Banco BTG - CDB (i)	63.208.229	—
Total	<b>63.208.229</b>	—

(i) Nos dias, 29/11/2024 e 30/12/2024 devido as condições de prazo e taxa oferecidas, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco BTG com prazo de 120 dias com vencimento em 01/04/2025 e 02/05/2025 respectivamente; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante total de R\$ 63.000.000 a uma taxa de 101,5% do CDI.

### 9. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
A vencer (i)	5.092.081	12.156.882
Vencidas até 30 dias	153.561	14.889
Vencidas até 60 dias	163.767	129.517
Vencidas até 90 dias	138.061	344.370
Vencidas até 180 dias	226.782	192.631
Vencidas até 360 dias	501.141	30.508
Vencidas há mais de 360 dias	1.161.962	490.705
Total	<b>15.208.313</b>	<b>13.359.502</b>
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(1.811.418)	(199.248)
Total Contas a receber	<b>13.396.895</b>	<b>13.160.254</b>

(i) O aumento em 2024 está relacionado principalmente às provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia. Esses valores, que no encerramento de 2023 eram parcialmente classificados como vencidos até 90 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2024, novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Grupo Quintarés, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Elevea, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia. (ii) Variação referem-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Saldo inicial	(199.249)	(195.664)
Reversão	14.221	1.243
Complemento de provisão	(1.626.390)	(4.827)
Saldo final	<b>(1.811.418)</b>	<b>(199.248)</b>

**9.1 Política contábil:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construir e operar a linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

### 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ a Recuperar	85.830	32.179
CSLL a Recuperar	2.212	—
IRPJ saldo negativo (i)	5.969.484	2.914.986
CSLL saldo negativo (i)	860.315	671.960
Total	<b>6.917.841</b>	<b>3.619.125</b>

### Outros impostos a recuperar

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
PIS	19.126	—
COFINS	88.095	—
INSS	367.077	367.078
Outros	94.650	90.483
Total	<b>568.948</b>	<b>457.561</b>

(i) Variação refere-se à composição do saldo negativo do exercício de 2023 e 2024 e atualizações monetárias dos créditos da Companhia.

### 11. ATIVOS DE CONTRATO

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Circulante	27.045.828	26.103.619
Não circulante	262.855.960	267.016.619
Total	<b>289.901.788</b>	<b>293.120.111</b>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está assim apresentada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>293.120.111</b>
Receita de O&M (ii)	18.171.902
Receita de remuneração (iii)	23.828.104
Recebimentos (iv)	(44.305.662)
Adiantamentos de projetos (v)	(912.667)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>289.901.788</b>
Circulante	27.045.828
Não circulante	262.855.960
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>283.031.353</b>
Receita de construção (i)	6.572.897
Receita de O&M (ii)	16.605.834
Receita de remuneração (iii)	23.683.104
Recebimentos (iv)	(35.937.644)
Adiantamentos de projetos (v)	(835.433)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>293.120.111</b>
Circulante	26.103.492
Não circulante	267.016.619

(i) Variação refere-se à investimentos com o projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão de 500kv na subestação Milagres II conforme resolução autorizativa 8677/2020 concluído em dez/2023; (ii) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2023. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual; (iv) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador; (v) Variação refere-se à quitação de adiantamentos do projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão de 500kv na subestação Milagres II conforme resolução autorizativa 8.677/2020. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **11.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

### 12. FORNECEDORES - TERCEIROS

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Provisão para encerramento de obra	3.742.568	4.063.079
Fornecedores relacionados à construção (i)	906.986	2.292.170
Gastos ambientais e fundiários	82.923	70.295
Prestadores de serviços	56.304	209.502
Outros	130.018	26.795
Total	<b>4.918.799</b>	<b>6.661.841</b>

(i) Variação refere-se à quitação de notas fiscais relacionadas ao projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão 500Kv da subestação Milagres II.

### 13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Provisão de férias	1.288.678	1.162.126
Provisão de bônus (i)	2.071.914	2.091.591
IRRF funcionários	211.403	188.948
Outros	166	166
Total	<b>3.572.161</b>	<b>3.442.831</b>

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). A variação refere-se à atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

### 14. TAXAS REGULAMENTARES

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	462.803	160.678
CDE - a pagar (ii)	—	4.318
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	16.063	15.612
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	30.718	81.627
Total	<b>509.584</b>	<b>262.235</b>

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 20 de agosto de 2024, através do Despacho nº 2.390/2024 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2024 a junho de 2025 de R\$ 172.954. (ii) CDE: Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE até 31 de dezembro de 2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01 de janeiro de 2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&D. (iii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentada pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 23 de julho de 2024, através do Despacho nº 2.131 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativos às competências de julho de 2024 a junho de 2025 de R\$ 192.755. (iv) P&D: Conforme a Resolução ANEEL 929/2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

continua ★





# IRACEMA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

#### 15. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia constitui provisões para riscos de serviços, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais (i)	-	560.198
Cíveis	-	1.687
Servidões	8.866	8.603
<b>Total</b>	<b>8.866</b>	<b>570.488</b>

(i) O valor em 2023 em questão era proveniente do auto de infração 02007.0000527/2012-41, que tratava de uma multa ambiental por suposta prática de coleta de espécies em desacordo com a licença ambiental, em 2024 o processo encerrou com resolução positiva para a companhia. Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Ambientais	Cíveis	Servidões	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>560.197</b>	<b>1.687</b>	<b>8.602</b>	<b>570.486</b>
Adições e reversões, líquidas	(560.197)	(1.687)	-	(561.884)
Atualização monetária	-	-	264	264
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.866</b>	<b>8.866</b>

	Ambientais	Cíveis	Servidões	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>503.764</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>503.764</b>
Adições e reversões, líquidas	(295.764)	1.687	8.602	(285.475)
Atualização monetária	352.197	-	-	352.197
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>560.197</b>	<b>1.687</b>	<b>8.602</b>	<b>570.486</b>

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza ambiental cuja expectativa de perdas está classificada como provável.

**Descrição dos processos de natureza de ambientais**

	2024	2023
Número do Processo: 0000523-22.2009.8.06.0109	8.866	8.603

**Autor:** IRACEMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

1) Trata de uma Constituição de Servidão de imissão de posse

**Situação atual:** Em fase de liquidação de sentença.

**Movimentação do período:** Opusemos Embargos de Declaração, assim como ESPÓLIO DE DJALMA PEREIRA SEDRIM. A parte adversa também opôs os Embargos de Declaração que entendeu cabíveis.

**Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (i)	-	1.323.389
Cíveis (ii)	15.108	465.024
Regulatório (iii)	257.495	257.495
Servidões (iv)	55.651	65.478
<b>Total</b>	<b>328.254</b>	<b>2.111.386</b>

Dentre os processos relevantes cujo o risco de perda é considerado possível destacamos: (i) **Processos trabalhistas:** A movimentação é decorrente do encerramento de todos os processos trabalhistas com resultado favorável para Companhia. (ii) **Processos cíveis:** A movimentação é decorrente do encerramento dos processos cíveis com resultados favoráveis para Companhia. (iii) **Processos regulatórios:** Referem-se ao processo 0025826-86.2016.4.01.3400 que busca a Suspensão da aplicação dos descontos em face de atraso na entrada em operação das instalações do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 0042007. O risco do processo é mensurado em R\$ 257.495. (iv) **Servidões:** Referem-se a 10 ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica, com valor de exposição total de R\$ 55.651, os quais tramitam, respectivamente, no Ceará, Pernambuco e Piauí. **15.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 16. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>IR e CSLL diferidos - Ativo</b>	<b>9.059.036</b>	<b>2.453.900</b>
IR Diferido ativo (Prejuízos fiscais)	8.460.467	1.855.331
CSLL Diferida ativa (Prejuízos fiscais)	598.569	598.569
<b>PIS e COFINS diferidos - Passivo</b>	<b>(9.106.002)</b>	<b>(4.976.104)</b>
PIS Diferido	(6.595.267)	(3.558.577)
COFINS Diferido	(2.510.735)	(1.417.527)
<b>PIS e COFINS diferidos</b>	<b>(26.815.916)</b>	<b>(27.029.189)</b>
PIS Diferido	(4.783.379)	(4.821.423)
COFINS Diferido	(22.032.537)	(22.207.766)
<b>Total impostos diferidos</b>	<b>(26.862.882)</b>	<b>(29.551.393)</b>

As variações dos tributos diferidos ativos e passivos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.453.900</b>	<b>(32.005.293)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	213.273
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	6.605.136	(4.129.898)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>9.059.036</b>	<b>(35.921.918)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.543.453</b>	<b>(26.018.701)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(1.010.488)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(4.089.553)	(4.976.104)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.453.900</b>	<b>(32.005.293)</b>

**16.1 Política contábil:** Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

#### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 318.462.000, dividido em 318.462.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 11 de setembro de 2024 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a International Grid Holdings Limited (IGHL) e a State Grid Brazil Holding (SGBH), onde todas as ações de titularidade da IGHL nas empresas afiliadas do Grupo foram transferidas para a SGBH, a qual se retirou do quadro de acionistas das sociedades, com a consequente conversão das empresas afiliadas do Grupo em subsidiárias integrais da SGBH. O valor do pagamento foi calculado com base no custo de aquisição, onde a SGBH pagou para a IGHL o valor referente a 1 ação

nominativa a R\$ 0,23 cada uma, totalizando o valor de R\$ 0,23. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2024	2023
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	99,99%
International Grid Holdings Limited	-	0,01%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais, ficando disponível o montante de R\$ 21.875.327, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 429 EBEN/DEVAT07/SRRF07/RFB de outubro de 2022, podendo ser fruído de janeiro de 2022 a dezembro de 2031. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. A IN SRFB 1700 de 14 de março de 2017, prevê a utilização do valor da reserva de incentivos para absorção do prejuízo acumulado e reconstituição da mesma, de forma completa, nos anos posteriores. O valor acumulado do benefício dos anos de 2023 e 2024 foi no montante de R\$ 7.226.507. **e. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>24.470.903</b>	<b>31.703.544</b>
Absorção do prejuízo	-	(33.927.746)
Ajuste de anos anteriores	-	8.619.402
Reserva legal	(1.223.545)	(319.760)
Reserva de incentivos fiscais	(7.226.507)	-
Base de cálculo para os dividendos	16.020.851	6.075.440
<b>Dividendo mínimo obrigatório (1%)</b>	<b>160.209</b>	<b>60.755</b>

#### 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>51.784.487</b>	<b>67.207.572</b>
Receita de operação e manutenção (i)	18.171.902	16.605.833
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	23.828.104	23.683.104
Receita de construção (iii)	-	6.572.897
Outras receitas (iv)	9.784.481	20.345.738
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(8.031.084)</b>	<b>(7.877.676)</b>
PIS e COFINS correntes	(5.722.152)	(5.165.025)
PIS e COFINS diferidos	213.273	(1.010.488)
RGR (Reserva Global de Reversão)	(1.871.400)	(1.054.530)
P&D (Pesquisa e Desenvolvimento)	(460.755)	(493.962)
TFSEE (Taxa de fiscalização)	(190.050)	(153.671)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>43.753.403</b>	<b>59.329.896</b>

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (ii) Aumento devido à variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração; (iii) Variação refere-se a investimento com o projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão de 500kV na subestação Milagres II conforme resolução autorizativa 8677/2020. (iv) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Sendo assim, à medida que são realizadas inflações inferiores a inicialmente projetada, a tendência é de que essa conta reduza quando comparada ao total do ano anterior, visto que o impacto do diferencial inflacionário é cumulativo. Em complemento, durante o exercício de 2023, a Companhia teve a sua reavaliação da RTP (Revisão Tarifária Periódica), realizada a cada 5 anos, autorizada pelo regulador via despacho conforme mencionado na nota explicativa 1.4. **18.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

**(a) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **(b) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

**(c) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os custos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. **(d) Outras receitas** - A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontados com a RAP da adoção. **Impostos incidentes sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

#### 19. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(7.532.530)	(7.159.819)
Material (i)	(814.628)	(1.435.973)
Serviços de terceiros	(1.427.323)	(1.045.565)
Arrendamentos e alugueis	(188.115)	(104.405)
Seguros	(120.201)	(107.552)
Tributos	(133.659)	(14.529)
Custo de construção (ii)	-	(6.241.171)
Custo de operação e manutenção (iii)	(1.191.540)	(552.619)
Outros	(1.192.117)	(1.060.214)
<b>Total</b>	<b>(12.600.113)</b>	<b>(17.721.847)</b>

(i) Variação refere-se substancialmente à baixa do adiantamento do projeto de reforço para instalação da compensação série de 240Mvar da linha de transmissão 500kV de São João do Piauí Milagres II que foi cancelado em 2022. (ii) Variação refere-se a investimento com o projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão de 500kV da subestação Milagres II. (iii) Variação refere-se a projetos de melhorias implementados em 2024 relacionados à instalação de defensas nas torres, renovação da frota de veículos e aquisição de equipamentos de O&M.

#### 20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(2.252.269)	(2.005.043)
Serviços de terceiros	(485.509)	(380.703)
Material	(96.682)	(52.754)
Arrendamentos e alugueis	(140.415)	(119.178)
Provisão (ii)	(1.610.482)	(1.685)
Tributos	(65.035)	(88.834)
Depreciação e amortização	(21.825)	(22.988)
Recuperação de despesas (i)	-	576.050
Despesas indedutíveis	(57.776)	-
Outras	(192.526)	(226.588)
<b>Total</b>	<b>(4.922.519)</b>	<b>(2.321.723)</b>

(i) Em 2023 foi efetuado estudo sobre as taxas regulamentares que culminou na recuperação de despesas. (ii) Variação refere-se às provisões para perda de créditos de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza.

#### 21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas à concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Renda da Prestação de Serviços (i)	69.550	-
Tributos sobre a Receita	(6.435)	-
Pessoal	(144.043)	(130.009)
Serviços de Terceiros	(51.738)	(36.641)
Depreciação e amortização	(190.219)	(197.474)
Outros	(205.689)	(244.551)
<b>Total</b>	<b>(628.574)</b>	<b>(608.675)</b>

(i) Saldo referente à venda de veículos no exercício de 2024.

#### 22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita financeira</b>	<b>6.348.713</b>	<b>3.514.829</b>
Receitas de aplicações financeiras (i)	5.722.470	3.602.137
Outras receitas financeiras (ii)	935.855	80.393
Tributos sobre receitas financeiras	(309.612)	(167.701)
<b>Despesa financeira</b>	<b>(220.905)</b>	<b>(31.701)</b>
Outras despesas financeiras	(220.905)	(31.701)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>6.127.808</b>	<b>3.483.128</b>

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento do saldo aplicado em títulos de curto e médio prazo comparado com 2023 vide nota explicativa 7 e nota explicativa 8. (ii) Variação refere-se à atualização monetária de IRPJ e CSLL de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 recuperados em 2024.

#### 23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>31.830.006</b>	<b>44.631.634</b>
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.740.335	(218.170)
Ajustes ICPC 01	(13.761.467)	(19.854.075)
Outros	(83.197)	(869.023)
<b>Lucro Real</b>	<b>19.725.677</b>	<b>23.690.366</b>
Compensação PF/BN (30%)	(5.917.703)	(6.365.853)
<b>Lucro Real (Após Compensação)</b>	<b>13.807.974</b>	<b>17.324.513</b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(3.427.993)	(3.689.414)
Inc. Fiscais	3.427.993	3.689.414
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>CSLL (9%)</b>	<b>(1.214.940)</b>	<b>(1.391.578)</b>
IR e CS correntes	(1.214.940)	(1.391.578)
IR e CS diferidos	(6.144.162)	(9.065.657)
<b>Total IR e CS</b>	<b>7.539.102</b>	<b>(10.457.235)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-3%</b>	<b>23%</b>

**23.1 Política contábil:** A tributação dos impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos é feita pela sistemática do Lucro Real e considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dis



# IRACEMA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### 25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.626.291	42.928.699
Títulos e valores imobiliários	8	63.208.229	-
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	9	13.396.895	13.160.254
Contas a receber - partes relacionadas	24.1	2.508.442	3.549.105

#### Passivos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - terceiros	12	4.918.799	6.661.841
Fornecedores partes relacionadas	24.2	2.391.144	3.022.301

#### 25.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

**a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros prefixada pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumento de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo, portanto até o momento a Companhia não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros, não impactando o resultado no final do período.

**c. Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

**d. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7.626.291
Títulos e valores mobiliários	63.208.229
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	13.396.895
Contas a receber de partes relacionadas	2.508.442
<b>Total da exposição</b>	<b>86.739.857</b>

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber - Concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia

pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (provisão para perda de crédito esperada) vide nota 4.5. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Moody's:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Total da exposição</b>	<b>70.834.520</b>	<b>70.834.520</b>
<b>e. Risco de liquidez:</b> A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.		

BA1	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<b>31/12/2024</b>					
Fornecedores Terceiros	4.918.799	4.918.799	4.918.799	-	-
Fornecedores Partes relacionadas	2.391.144	2.391.144	2.391.144	-	-

**25.3 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

• **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido

As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
IRTE-PM-2020-3719	CET	EPC para IRTE-Milagres II	30/12/2020	3.125.084
IRTE-PM-2021-4328	GE - SPCS	IPARO - SPCS	23/08/2021	348.244
IRTE-PM-2021-4485	Fibrex	IPARO - Telecom	29/10/2021	276.644
GSTE - 001/2020	Giovanni Sanguinetti	CCI GSTE x IRTE	30/11/2020	224.163
<b>Total</b>				<b>3.974.135</b>
<b>Cronograma de vencimento</b>				<b>Em R\$</b>
2025				<b>3.974.135</b>

dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

• **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para crédito de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(i) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

**Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**26. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 3.974.135. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

**26. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 3.974.135. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

**26. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 3.974.135. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

**26. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 3.974.135. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

**26. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 3.974.135. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

**26. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 3.974.135. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

**26. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 3.974.135. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas.

**26. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

#### Aos Acionistas e Diretores da Iracema Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iracema Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes Ltda. Luis Claudio Franca de Araujo  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador - CRC RJ-091559/O-4

